



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681213 - MG (2021/0225307-9)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : HELLEN CRISTINA DE PAIVA MARTINS  
**ADVOGADO** : HELLEN CRISTINA DE PAIVA MARTINS - MG182524  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ELIVELTON SILVA CRISPIM  
**CORRÉU** : WELLINTON ALMEIDA OLIVEIRA  
**CORRÉU** : WENDER FELIPE ALMEIDA DE SOUZA  
**CORRÉU** : GABRIEL MARIANO DE MORAES  
**CORRÉU** : GILMAR APARECIDO DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELIVELTON SILVA CRISPIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação criminal n. 1.0106.19.000974-1/001).

O paciente foi condenado, como incurso no crime previsto nos arts. 71, 157, §§ 2º, II e V, e 2º - A, I, do Código Penal à pena de 14 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, em regime fechado e ao pagamento de 52 dias-multa.

A impetrante requer a extensão dos efeitos do julgado do Processo n. 1.0106.19.000517-8/001 em favor do paciente, visto que, diante do desmembramento injustificado da ação, o paciente fora prejudicado, visto que ainda que esteja nas mesmas condições dos corréus da citada ação, recebeu condenação mais gravosa.

Requer, liminarmente, a suspensão da decisão proferida na apelação 1.0106.19.000974-1/001, aplicando a extensão de efeitos da apelação nº 1.0106.19.000517-8/001, uma vez que se trata do mesmo fato, mesmo autos, mesmos envolvidos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente